

O IRAQUE VISTO DAS TORRES

Manuel de Lucena

PARA O MEU FILHO SIMÃO,
CUJAS OBJECÇÕES
ME DERAM QUE PENSAR.

Com a ocupação das principais cidades do país e o derrube do regime de Saddam Hussein, terminou a primeira fase das operações anglo-americanas no Iraque. Ainda meio ébrios com o estrépito de batalhas travadas por outrem mas que tanto nos comoveram, talvez convenha pararmos um pouco para reflectir. Tenho presente uma advertência de Stendhal, que, no seu livro sobre o amor, escrito quando o século XIX ainda era novo¹, diz dos alemães desse tempo – dados a «uma espécie de loucura mansa, amável e sobretudo sem fel», à qual chamavam filosofia – que eles «se exaltavam ao meditar em vez de se acalmarem». Já forrada de fúria e de fel e portadora de amabilidades a condizer, esta ideológica (mais do que propriamente filosófica) exaltação viria depois a alastrar pela Europa e pelo mundo e a dominar o século XX, trocando o serviço das amorosas lides em que o escritor francês a encontrara por uma maníaca militância em prol de várias fés políticas; e, embora já bastante coxa e desamparada, ainda hoje faz correr muita gente. Veja-se, agora, a tempestade de paixões racionantes suscitadas pela questão do Iraque, que têm obnubilado espíritos habitualmente esclarecidos, tomados pelo furioso convencimento de que o que tão agudamente sentem está gravemente pensado. Mas trata-se de uma ilusão nervosa, como os melhores hão-de um dia reconhecer. Por isso, não aponto especialmente para ninguém e, salvo uma devida porque majestosa (e afinal colectiva) excepção, só nomearei aqui autores que não têm desarvorado e com os quais, concordando ou divergindo, aprendi. Ora vamos lá ver se também acalmei.

Primeiro de três, este artigo trata da motivação do recente recurso à guerra: causas do ataque e fins por ele visados. O seguinte abordará as principais objecções jurídicas e morais que a bélica empresa suscitou. E o último, retintamente político, perguntará pela sua prudência: sondando vantagens e inconvenientes, imediatos e a prazo, de cujo provisório balanço não ousou extrair um vaticínio firme sobre se ela virá ou não a valer a pena.

Como se verá, parece-me, por um lado, que a dita motivação, algo alheia, no fundo, aos mais nobres ideais invocados, assenta todavia num realíssimo e considerabilíssimo estado de

necessidade que não afecta só os norte-americanos, muito embora inúmeros europeus e outros ocidentais se lhe não mostre sensível. Por outro lado, não vislumbro, quer em sede de direito internacional positivo, deveras existente (ou seja, algo mais do que idealmente desejável...), quer no terreno da discussão filosófica e moral da guerra justa, sólidos argumentos para condenar o uso, cauto e moderado, que da força se fez contra o Iraque; onde a guerra em apreço – tal como a do Afeganistão e a luta antiterrorista em geral – merece vivas críticas é no plano da ideologia acompanhante, o mais das vezes puritana, maniqueísta e antipolítica, bem como em matéria de direito constitucional e de direito penal internos dos Estados Unidos ou de qualquer outro país que caia em excessos de legítima defesa atentatórios de liberdades fundamentais. E enfim, não me achando capaz de garantir que, politicamente falando, os EUA e a Grã-Bretanha fizeram bem ao caírem sobre a Mesopotâmia, também não tenho nada a certeza de que fizeram mal e de que há-de por força revelar-se pirrónica a rápida vitória militar que acabam de alcançar. Mas basta de antecipações: antes de entrar na matéria, apenas me resta esclarecer que não sou imparcial quanto a ela e antes bem mais «atlantista» do que «europeísta», em tendo mesmo de escolher. Oxalá no fim de contas não tenha.

ARGUMENTOS TENDENCIOSOS

Dadas as diversas posições registadas no seio da Administração norte-americana, bem como entre os que no partido democrático a têm neste caso apoiado – e para já não falarmos em particularidades britânicas –, não há que procurar aqui uma só causa e desígnio. Perante a multiplicidade e o desencontro dos porquês e dos para quês, antes cabe perguntar se algum deles não sobressai nitidamente, constituindo a razão maior desta guerra e subordinando (mesmo quando as acicate) outras razões que decerto não deixam de existir nem de se manifestar no decurso da acção.

Das que têm sido invocadas, umas ostentam patente de nobreza, ao passo que outras são consideradas vis, por vezes (caso do petróleo) de modo demasiado expedito e algo irresponsável. Examiná-las-ei separadamente, não por aderir à fácil dicotomia mas por comodidade de exposição e também porque, em regra, elas são respectivamente invocadas pelos partidários e pelos adversários da bélica empresa.

Deixando para depois a razão que julgo decisiva – e que consiste num estado de necessidade moralmente inclassificável –, eis que se nos deparam:

a) Exibindo excelsas virtudes (amor da liberdade, coragem, determinação, compaixão...), a ideia de que a ida ao Iraque visa instaurar neste país um regime democrático da melhor espécie – a ocidental, claro – depois de varrer um tão perigoso quão odioso tirano, que já mais de uma vez vitimara o seu povo em copiosos massacres; e, a par dessa ideia, o argumento de acordo com o qual só o derrube de Saddam e do seu regime poria fim ao longo desrespeito de reiteradas resoluções das Nações Unidas mandando-o desfazer-se do arsenal de armas de destruição maciça que já constituía e que procurava, em mal camuflada contravenção, crescer; com o que ameaçava não só os países vizinhos mas também, associado a grupos terroristas, os Estados Unidos, o Ocidente, outras áreas geopolíticas e, enfim, toda a comunidade internacional.

A esta apologética luz, a acção autodefensiva e preventiva dos EUA e da Grã-Bretanha tem valor universal, protegendo em todo o mundo as pessoas e povos amantes da paz e muito em especial

convindo ao próprio Iraque, onde os soldados da coligação ocupante bem mereciam ser acolhidos como libertadores, coisa que alguns elementos da população iraquiana logo vivamente fizeram e as televisões mostraram. Mas há quem não dance ao som desta música, que na verdade também a mim me parece (ver adiante) demasiado celestial.

b) *Denunciando viciosos desígnios* – e contra eles convocando, um pouco por toda a parte, inúmeras manifestações de protesto que, sobretudo em certas cidades europeias, mobilizaram inquietas multidões –, outras leituras do caso se nos deparam, segundo as quais a conduta dos Estados Unidos configura uma injustificável agressão, movida, sob a capa do antiterrorismo, pela cupidez e pela vontade de poder da actual Administração republicana – características (de acordo com os críticos mais severos) de uma política externa *yankee* de há muito incuravelmente imperialista.

Com a sua aventura iraquiana, na qual há muito quem espere vê-lo enterrado até ao pescoço, George W. Bush visará, nesta conformidade, as seguintes coisas, em princípio acumuláveis e variamente combináveis:

- deitar a mão aos jazigos petrolíferos do Iraque, depois de, «a caminho» do Afeganistão, ter posto o pé na promissora Ásia Central; e preparar-se para em breve repetir a proeza no Irão;
- ameaçar e condicionar politicamente outros países da região, a começar pelo acabado de referir e pela Síria, mas sem esquecer a Arábia Saudita; e respaldar Israel na repressão do povo palestino, agravada pelo governo de Ariel Sharon; com o que satisfará o proverbial *lobby* judaico, tão íntimo de Washington, e dará novo importante passo para, de braço dado com os israelitas, controlar todo o Médio Oriente²;
- firmar os Estados Unidos, única superpotência militar, na função quase oficial de tutores ou controladores do mundo: degradando a NATO, se não for possível dispensá-la; dividindo uma União Europeia que na política não é de fiar e na economia faz sombra; e apoucando a ONU (confinada em tarefas humanitárias e ancilares) ou desfazendo-a se ela a tal não se prestar;
- enfim, desviar para fora dos EUA a atenção do povo norte-americano, de modo a facilitar a passagem do muito reacçãoário trem de medidas favoráveis aos ricos e fatais para os pobres – aliviados aqueles de impostos, privados estes de serviços médico-sociais – que constam do seu programa governativo.

Curiosamente alheia aos negócios estrangeiros, esta última malfeitoria figura em posição de destaque no catálogo do eminente esquerdista americano, professor Noam Chomsky, cujo último livro já está traduzido em português³. E a razão do destaque reside em que este autor, nada desprevenido, se apercebe muito bem de que, quando criticamente sopesados, os intuítos de política externa acima referidos não parecem, por mais que a nossa conspiratória imaginação se esfalfe, constituir causa suficiente ou sequer principal da guerra em questão. Acerca do dito petróleo, que ultimamente tem preocupado sobretudo a Rússia e a França, cabe suspeitar de que os Estados Unidos, sobretudo agora, depois de amplas perspectivas se lhes abrirem na Ásia Central e em África, não dependem tanto como dantes do aprovisionamento médio-oriental;

ACERCA DO DITO PETRÓLEO, CABE SUSPEITAR DE QUE OS ESTADOS UNIDOS, SOBRETUDO AGORA, NÃO DEPENDEM TANTO COMO DANTES DO APROVISIONAMENTO MÉDIO-ORIENTAL.

de resto, quando foi da primeira guerra do Golfo, o Bush-pai podia ter entrado em Bagdade unguído pela ONU...

Já quanto ao imperialismo, ao hegemonismo e ao unilateralismo, nenhum aliado prevenido dos Estados Unidos os suportará perfeitamente isentos de semelhantes tentações... Mas para velhos inimigos ou novos adversários, que – dispensando-se de toda e qualquer análise concreta de custos e benefícios – agora os vêem caídos em tão feios pecados, o problema consiste em explicar a súbita viragem do Bush-filho, colhido no remanso tendencialmente isolacionista do início do seu mandato por um vento avassalador que lhe insuflou o espírito de cruzada actual. Ora, como o dito vento só começou a soprar a 11 de Setembro de 2001, bem fraca se afigura qualquer explicação que se limite a ver nos atentados desse dia um oportuníssimo pretexto, caído do céu salvo seja (se não foi tudo fruto de alguma cabala da CIA ou do FBI...) para permitir ao primitivo mas finório ou aconselhado George W. tramar os pobres do seu país, sem que a oposição democrata soltasse um ai; e aproveitar o balanço para pilhar mais algum petróleo algures, bem como para vergar à sua vontade o Médio Oriente, a Ásia Central, a Europa, a Rússia e o mundo inteiro à excepção quiçá (por ora) da China... É de homem! Dir-se-ia que este nosso, *cowboy* como é, também caiu do cavalo, ferido pela súbita dádiva, para logo reconhecer, cheio de fresco zelo apostólico, que o que afinal convinha não era o isolamento provinciano mas sim a imperial expansão, cujo recalçado desejo regressa agora a galope, ansioso por acutilar uns eixos do mal que (no fundo) tão bem lhe sabem.

Quase belas mas desvendando sobretudo a mentalidade dos seus autores, as interpretações desta veia são tão celestiais, no seu tom cinzento e agoirento, como as radiantes apologias que atribuem a marcha sobre Bagdade à benfazeja aliança do puro amor da liberdade (cheio de compaixão pelo martirizado povo iraquiano) com a inadiável necessidade de suprimir um arsenal mortalmente perigoso; adrede esquecidas das ditaduras que os EUA têm apoiado – ou até fomentado – quando isso lhes convém, do precioso auxílio por eles prestado em tempos ao próprio Saddam, quando este massacrava os seus curdos e gazeava com não menor afã soldados iranianos; e não tomando na devida conta, por outro lado, que, no princípio de 2003, as forças armadas iraquianas, bem longe de terem recuperado o seu notável poderio de antes da primeira guerra do Golfo, também não estavam prestes a dotar-se do armamento nuclear que as tornaria, por mais enfraquecidas que no resto estivessem, deveras ameaçadoras, pelo menos a nível regional; como ameaçadora é a Coreia do Norte, já senhora de bombas atómicas que os Estados Unidos não se apressam a destruir ou confiscar.

Pois é... Mas então, uma vez descartados do mesmo passo os contos de fadas e os de bruxas, como entender o recurso às armas por parte dos Estados Unidos, que tão cedo e tão obstinadamente se mostraram seus adeptos, manifestamente temerosos de que as manobras diplomáticas inicialmente ensaiadas os atolassem numa longa busca de soluções pacíficas? Para responder a esta pergunta, temos de voltar ao 11 de Setembro e de levá-lo a sério: examinando o estado de necessidade que resultou dos atentados de Nova Iorque e Washington; e dele extraindo consequências políticas, morais e jurídicas que a mera indignação e a fácil solidariedade verbosa e sentimental para com as vítimas do sucedido costumam ignorar. No quadro desse estado de necessidade, até regressarão, mais sóbrias, algumas das explicações pretensamente principais que acabo de afastar.

ESTADO DE NECESSIDADE

Como disse Henry Kissinger, no *Washington Post* do dia seguinte ao dos atentados, coisas assim requerem «um planeamento sistemático, uma boa organização, (e) muito dinheiro»; e também não dispensam uma estável base de apoio, já que não é possível improvisá-las «quando se está em permanente movimento». Parcialmente transcrito pelo Público a 13 de Setembro, o artigo do ex-Secretário de Estado tem por título «Destruam a rede», por ele definida como conjunto de «organizações terroristas abrigadas nas capitais de alguns países», com alguns dos quais os Estados Unidos continuavam a manter «um relacionamento praticamente normal», enquanto se abstinham de punir os restantes. Para destruir a rede – «serenamente, com cuidado e de forma implacável» – eis o que teria de mudar. E eis o que de facto começou a mudar no Afeganistão. O Iraque foi o alvo seguinte mas sabe-se hoje que, entre os frequentadores da Casa Branca, houve quem logo propusesse conceder-lhe a precedência, conseguindo que o Presidente encarregasse o Pentágono de ir planeando, desde 2001, o que só em 2003 teve lugar. Também se sabe, é verdade, que a ideia de «retomar» a guerra do Golfo para levá-la desta vez até ao fim não agradou a importantes chefes militares, por acharem a tarefa demasiado espinhosa, nem a figuras políticas tão insuspeitas de brandura como Kissinger, que contra ela se pronunciou no temor de inextricáveis complicações políticas. Mas, por ora, apenas se trata aqui de entender a decisão de atacar o Iraque: saber se foi sábia ou tonta é questão que só mais adiante se porá.

Ora, ou muito me engano ou o Iraque, tal como o Afeganistão, foi invadido por causa, deveras, daquilo que a liderança norte-americana supôs, bem ou mal, serem inadiáveis exigências de uma luta sem quartel contra o terrorismo. Na Europa, não será fácil ter-se a noção de até que ponto o povo e o governo dos Estados Unidos (bem sintonizados um com o outro pelo menos nisso)

ficaram alarmados quando aqueles aviões, numa bela manhã sem nevoeiro, deram de repente cabo de cerca de três mil pessoas, deixando além disso a nação simbolicamente aleijada nos escombros dos edifícios atingidos. Muito pior e mais inquietante do que Pearl Harbour, a «demoníaca» surpresa foi logo olhada pelos visados como declaração de guerra

OU MUITO ME ENGANO OU O IRAQUE, TAL COMO O AFGANISTÃO, FOI INVADIDO POR CAUSA, DEVERAS, DAQUILO QUE A LIDERANÇA NORTE-AMERICANA SUPÔS, BEM OU MAL, SEREM INADIÁVEIS EXIGÊNCIAS DE UMA LUTA SEM QUARTEL CONTRA O TERRORISMO.

contra os EUA e contra toda a civilização ocidental, constituindo aquilo a que o mesmo Kissinger chamou «ameaça à nossa existência enquanto sociedade livre»; ameaça essa que seria publicamente confirmada, em calorosas declarações, por Osama bin Laden e pelo *mulah* Omar, categorizadas figuras que ainda andam a monte ou já cavalgam no Além... E eis o que talvez rime com Saddam Hussein. Mas adiante.

Sempre salvo erro, o que desde finais do Verão de 2001 mais tem feito correr Georges W. Bush e os seus colaboradores não é o perfume do petróleo (por mais que certas narinas do grupo lhe sejam sensíveis) nem maquiavélicos desígnios imperiais que também possam ocorrer-lhes; nem sequer o desejo, profundo embora, de preservar o «*american way of life*» e uma sociedade livre; mas sim a necessidade imediata e angustiosa de evitar em toda a medida do possível novos atentados devastadores. Com efeito, a força, a competência e a sofisticação dos de 11 de Setembro forçaram (e forçam) quem deve zelar pela segurança da comunidade visada, a assentar os seus cálculos na

hipótese pessimista de que eles constituíram um prólogo e de que outros do mesmo género – embora não necessariamente da mesma envergadura – já estavam (e estão) a ser activamente preparados, quiçá em adiantado estado de preparação. No seu recente *Bush at War*, já traduzido para português⁴, Bob Woodward, um dos jornalistas que encostaram Nixon às cordas, conta que a seguir ao 11 de Setembro a grande preocupação do grupo dirigente norte-americano consistiu em prever onde estaria para dar-se o próximo atentado; e refere, a propósito, que tendo-se encarado a conveniência de elaborar uma lista dos possíveis alvos a defender, alguém observou que, para tal, seria preciso mandar vir listas telefónicas de todas as cidades... Claro que alguns edifícios e outras estruturas, serviços ou meios de transporte mais importantes serão, tal como certas altas personalidades, objecto de cuidados especiais. Mas não há maneira de proteger tudo e todos contra o terrorismo, que é por definição imprevisível, sobretudo quando ele dispõe de amplas colheitas de militantes dispostos a morrer em plena acção. Tomemos, por exemplo, o tráfego aéreo e suponhamos, beatamente, que depois do 11 de Setembro a segurança deu passos de gigante, tornando-se os aviões de passageiros, sem excepção, perfeitamente inacessíveis a terroristas. Bastaria a estes últimos esconderem-se nos arredores de aeroportos (também eles supostamente estanques) e daí alvejarem os aparelhos que se fizessem às pistas ou delas levantassem voo – servindo-se de mísseis tão simples como os que o PAIGC utilizou na Guiné contra jactos da Força Aérea portuguesa – para precipitarem o dito tráfego numa queda sem apelo, causadora *ipso facto* de grave crise económica; sobretudo se também fossem alvejadas linhas secundárias, e não só as que demandam as maiores cidades; pois assim se convenceria o respeitável público, em todo o país e em muitos outros, de que qualquer viagem aérea se arriscaria a ser, para os respectivos valentes, a última... Estou a pôr os verbos no condicional com algum optimismo, mas espanta-me que nada no género tenha até agora acontecido. Custando a crer que terroristas disso não se lembrassem, deduzo que não têm podido. Como nada têm podido contra barcos, comboios, estações de metropolitano, gasolinehas, etc...

Mas não têm podido porquê? Excluída *in limine*, enquanto sobre-humana, a hipótese de todos estes alvos se acharem hoje admiravelmente protegidos – ou seja, excluída a explicação pela potência dos defensores –, a resposta tem de procurar-se na impotência dos atacantes, que ou é mesmo deles, estrutural, ou se deve, conjunturalmente, ao facto de estarem a ser, por seu turno, atacados. A braços com uma grande insuficiência de informações, apenas farei, a este respeito, algumas observações genéricas.

a) A hipótese de uma íntima fraqueza da Al-Qaida – e de outras organizações cuja actividade se alie à sua ou com ela concorra – merece séria consideração. De acordo com o historiador e ensaísta inglês Perry Anderson, velho expoente do marxismo crítico e recente autor de um notável artigo⁵ ao qual ainda voltarei a fazer referência, o terrorismo em questão não constitui, por muito que magoe, uma ameaça política séria seja onde for («a serious threat to the status quo anywhere»), não passando de mero e desamparado resquício («the isolated remnant») de um movimento fundamentalista cuja viragem para a acção terrorista é sintoma, bem vistas as coisas, de fraqueza e de derrota; movimento sem futuro, «equivalente islâmico» do Baader-Meinhoff ou das Brigadas Vermelhas – que a partir de finais de década de 60 assolaram respectivamente a Alemanha e a Itália, onde pateticamente pretenderam falar em nome de massas trabalhadoras, quando só magras franjas os seguiam –, a Al-Qaida não foi capaz de organizar um único atentado enquanto

as suas bases eram sistematicamente arrasadas e os seus líderes perseguidos e presos ou mortos no Afeganistão... Fosse a Al-Qaida forte e teria preferido «dirigir os seus golpes contra Estados do Médio Oriente clientes da América, nos quais o derrube de um regime teria grande alcance político («would make a political difference»), em vez de visar os próprios Estados Unidos, onde (esses golpes) só produziram o efeito estratégico de uma picadela». Picadela foi ela!, objectar-se-á. Mas, descontado algum exagero na desvalorização da proeza, não há indícios decisivos, de conhecimento geral, que nos permitam descartar seguramente esta interpretação; e em favor dela milita o decorrer do tempo, meses e meses, sem que nenhuma acção ou série de acções de envergadura venha desmenti-la: atentados como os registados na Arábia Saudita e em Marrocos ainda estão longe de bastar para o efeito.

b) A favor de se levar mesmo assim muito a sério este terrorismo mais ou menos fundamentalista e islâmico (digo mais ou menos porque nele estarão a desaguar outras inspirações...) há pelo menos três argumentos.

O primeiro extrai-se dos próprios exemplos convocados pelo nosso excelente autor. Com efeito, o que eles indubitavelmente revelam é que, na Itália e na Alemanha, a implantação e a consistência dos grupos terroristas não os capacitavam para enfrentar com êxito as impiedosas (e por vezes ímpias...) contra-ofensivas estatais que em boa reciprocidade os tomaram de ponta. Mas note-se que, sobretudo em Itália, a luta foi dura e longa. Tivessem os Estados germânico e transalpino adoptado posturas complacentes ou apaziguadoras – como a que agora tantas solícitas almas recomendam – e tentado prioritariamente remover as causas profundas de desassossego social que o terrorismo também nesses dois países exprimiu, deixando que as brigadas e fracções vermelhas vivessem num clima mais clemente e quem pode aí jurar que outros galos não teriam cantado? As forças e fraquezas políticas são sempre relativas àquilo que têm de enfrentar, e de umas se fazem outras, ou vice-versa, não raramente.

O segundo argumento deriva do carácter polimorfo deste terrorismo «islâmico» e da sua descentralização. Concitando hoje sobre si as maiores atenções, a própria Al-Qaida, além de não deter o exclusivo da especialidade, bem longe disso, é assaz ambígua: existindo por um lado enquanto organização distinta das

suas, digamos, congéneres; e, por outro lado, enquanto símbolo e apelo abrangentes. De modo que os movimentos terroristas «islâmicos» – actuando em muitos países, recrutando em diversas comunidades, sendo protegidos (quando não criados) por Estados de vários

tipos, beneficiando ou padecendo de contrastantes climas políticos e sociais – dificilmente tenderão por si a esmorecer todos juntos em breve, como candeias cujo azeite é pouco e cuja luz solta um ou outro clarão mais vivo antes de se extinguir. Certezas não há, claro, mas mais sábio parece contar-se com a guerra longa de que tem falado o Presidente norte-americano.

E o terceiro argumento, a meu ver decisivo, consiste em que de forças e fraquezas só o futuro, em definitivo, julgará. Entretanto, na dúvida, quem tenha a obrigação de zelar pela segurança de qualquer comunidade visada pelo terrorismo seria criminosamente irresponsável caso se desse ao optimismo. Perante o calibre, a competência e a sofisticação dos atentados de 11 de Setembro,

OS MOVIMENTOS TERRORISTAS «ISLÂMICOS»
DIFICILMENTE TENDERÃO POR SI A ESMORECER
TODOS JUNTOS EM BREVE, COMO CANDEIAS CUJO
AZEITE É POUCO E CUJA LUZ SOLTA UM OU OUTRO
CLARÃO MAIS VIVO ANTES DE SE EXTINGUIR.

Bush e companhia tinham de assentar os seus cálculos na hipótese pessimista de que outros já estavam a ser activamente preparados, quiçá em adiantada preparação...⁶. Evitá-los ou, pelo menos, reduzir-lhes o número e diminuir-lhes o alcance, tornou-se preocupação maior dos governantes americanos, cónscios de que, neste domínio, quem não previne se arrisca a ter de enfrentar o irremediável.

Assim, para mais ou menos completamente se impedir ou se frustrar a acção de células terroristas dispersas pelo mundo – acção essa que, como logo observou Kissinger, não pode ser planeada

PERANTE O CALIBRE, A COMPETÊNCIA
E A SOFISTICAÇÃO DOS ATENTADOS
DE 11 DE SETEMBRO, BUSH E OS SEUS TINHAM
DE ASSENTAR OS SEUS CÁLCULOS NA HIPÓTESE
PESSIMISTA DE QUE OUTROS JÁ ESTAVAM
A SER ACTIVAMENTE PREPARADOS,
QUIÇÁ EM ADIANTADA PREPARAÇÃO...

por gente que viva sempre em fuga e não disponha, na sua retaguarda, de estáveis bases de apoio – há que acossá-las constantemente e que privá-las desse apoio em dinheiro, armas, refúgios e comunicações, facilidades de recrutamento, centros de formação de quadros, etc. E foi a isso que a Administração Bush sobretudo se dedicou depois do 11 de Setembro. Fazê-lo era mesmo preciso. Da bondade ou da

maldade do *modus faciendi*, tal como da conveniência ou da contraproducência das preventivas acções empreendidas, só mais à frente caberá falar. Por ora, apenas contemplamos o estado de necessidade que as motivou.

Deste ponto de vista, exortar os EUA a deixarem em paz Estados hospedeiros (quando não fautores) de organizações terroristas antiamericanas, dedicando-se – devotos e contritos – à promoção económica e social do Terceiro Mundo e ao fomento da justiça entre as nações (e por que não forçarem Israel a ceder em toda a linha aos palestinos?) equivalia a pedir-lhes que aguardassem passivamente o próximo golpe mortífero e devastador. Quem tal pedido fez ou estava a sonhar ou desejava mesmo não ser atendido.

MOTIVAÇÃO ESSENCIAL

Repescada de um artigo acabado de escrever em meados de Dezembro de 2001⁷, a última parte do parágrafo precedente contemplou, então, uma situação bem distinta da actual. Nessa altura, os Estados Unidos, abençoados pela ONU, ocupavam-se do Afeganistão e era difícil de duvidar de que a Al-Qaida aí dispunha de uma importantíssima base de apoio; ao passo que agora actuam no Iraque sem mandato expresso das Nações Unidas (deixo aqui de parte a questão de saber se na Resolução n.º 1441 ele não estaria implícito): fugindo a pedi-lo a um Conselho de Segurança que lho recusaria; enfrentando a crítica cerrada de velhos aliados; não conseguindo convencer quase ninguém de que aquela organização terrorista gozava no Iraque de Saddam de protecção semelhante à que lhe dispensara o regime talibã; e não tendo, por outro lado, feito prova provada de que o país invadido era letalmente perigoso enquanto detentor de um desenvolvido arsenal de armas de destruição maciça que, depois da ocupação, tardam em aparecer... São, na verdade, diferenças de tomo, mas só nos interessam aqui na medida em que tenham a ver com a real motivação da guerra. Ora, quanto a minha vista alcança, não tocam no essencial dela, que é tão-só isto: os EUA invadiram o Iraque no quadro de uma estratégia visando impedir a ocorrência de novos atentados terroristas no seu território e destruir tanto a Al-Qaida quanto quaisquer outras redes

ameaçadoras, bem como eliminar ou neutralizar os regimes que as apoiam. Outros objectivos (proteger aliados, livrar o mundo da ameaça geral que o terrorismo constitui, aceder a importantes jazigos petrolíferos e controlar o respectivo mercado...) serão mais ou menos aliciantes; mas temos de os considerar subsidiários, a menos que nos surjam estreitamente ligados ao motivo essencial, como parece suceder na redefinição (em curso?) do mapa político do Médio Oriente.

Deste ponto de vista, decisivo não era que a Al-Qaida se acoitasse no Iraque, ou com ele entretivesse íntimas relações, coisa que Colin Powell tentou em vão e algo pateticamente provar no Conselho de Segurança; nem que Saddam Hussein possuísse, em 2003, armas de destruição maciça (pelo menos as químicas e as biológicas) cuja existência, para muitos, só agora se tornou duvidosa, como se só os inspectores da ONU precisassem de meses para as encontrar... Decisivo foi, sim, que, tendo o Iraque o cadastro que tinha – e do qual também constavam o apoio indubitável a outros grupos terroristas e o aplauso público do seu governo aos atentados de Nova Iorque e Washington – não podia deixar de estar na linha de mira de uma acção preventiva preocupada, antes do mais, com duas coisas capazes de transformar o terrorismo em algo realmente avassalador: os apoios estatais e o acesso às armas acima referidas. Quanto a estas, a actual polémica acerca da sua existência ou inexistência e da invenção ou exagero, por parte da Administração norte-americana, do perigo que elas eventualmente constituíam, merece-me todavia alguma consideração. Para dizer:

- *Em primeiro lugar*, que privado – como quase toda a gente, incluindo tão temerários quão ilustres autores – de acesso às fontes de informação do governo norte-americano, não posso garantir que, ao decidir-se pela invasão do Iraque, G. W. Bush acreditava na existência e na mortal perigosidade do arsenal em questão. A minha impressão é de que sim, embora talvez não julgasse a ameaça imediata; ou de que oscilava entre as opiniões do Pentágono e as do State Department, intérpretes algo discordantes do material fornecido por serviços secretos nem sempre unânimes. Relatos como os de Bob Woodward (ver *Bush em Guerra*, cit.) dão-me aqui algum conforto, mas o facto de se basearem principalmente em entrevistas com protagonistas da história em curso obriga a olhá-los com grande circunspecção;

- *Em segundo lugar*, que – assumindo uma ignorância sobre a qual a esmagadora maioria dos que se pronunciam sobre este conflito salta alegremente – não seguirei essa minha impressão, que além de subjectiva é interesseira, demasiado favorável ao que neste artigo sustento. Para consolo dos meus mais reticentes leitores, admitirei sim – sem conceder – que o Presidente dos Estados Unidos optou pela guerra na convicção de que o Iraque não tinha tais armas ou não as tinha em qualidade e em quantidade suficientes para, por si, justificarem semelhante opção. Mas atenção: em boa verdade, apenas se pode admitir – até mais ver – o seguinte: por um lado, que o Iraque já as não tinha (porque tê-las, tivera-as e até as usara, proclamando Saddam, ao ver-se acossado, que delas se desfizera; e em vésperas da guerra os benditos inspectores da ONU até se mostravam optimistas quanto a encontrá-las, facto que deu pasto a numerosas exortações no sentido de levar os EUA a dar-lhes bastante mais tempo...); e, por outro lado, que *ainda* as não voltara a ter, sabido como é, quanto às químicas e biológicas, que estava apto a produzi-las em doses relevantes e que isso (tal como escondê-las) não seria coisa difícil nem demorada...

- *E em terceiro lugar*, para concluir este ponto, que, tudo visto e considerado, o Iraque de Saddam Hussein constituía uma séria ameaça para os Estados Unidos, por ser um país bem capaz de

fomentar eficazmente (desde logo no plano financeiro) a acção de grupos terroristas ligados ou não à Al-Qaida e de a curto prazo os equipar com armas fora do comum, químicas e biológicas. A invocação dessa ameaça pelos governantes americanos não é pois uma descarada mentira, vã tentativa de justificar o injustificável. Mas isto não quer dizer que, ao invocá-la, dissessem toda a verdade, à qual também faltaram por acção e por omissão.

• Por acção, ao exagerarem a envergadura do armamento iraquiano, pretensamente à beira da dimensão nuclear, bem como ao prometerem apresentar provas irrefutáveis de um conluio entre o laico e provável infiel Saddam e o islâmico fundamentalista Bin Laden, no que falharam

redondamente, em odor de falsificação de documentos... Nem o facto de esse conluio parecer verosímil – tão verosímil como o que durante quase dois anos (1939-1941) juntou Hitler e Stalin contra as potências ocidentais «plutocráticas» e imperialistas – dispensava um mínimo de seriedade na abordagem da questão.

• Por omissão, ao deixarem na sombra que a decisão de cair sobre o Iraque também visou

A INVOCAÇÃO DESSA AMEAÇA PELOS GOVERNANTES AMERICANOS NÃO É POIS UMA DESCARADA MENTIRA, VÃ TENTATIVA DE JUSTIFICAR O INJUSTIFICÁVEL. MAS ISTO NÃO QUER DIZER QUE, AO INVOCÁ-LA, DISSESSEM TODA A VERDADE, À QUAL TAMBÉM FALTARAM POR ACÇÃO E POR OMISSÃO.

imediatamente outros países «malígnos» como a Síria ou o Irão (que agora, com gendarme à porta se mostram muito mais cautelosos) e ainda, quiçá principalmente, condicionar a evolução da Arábia Saudita, oficialmente amicíssima dos EUA e a esse título alvo dos furores da Al-Qaida mas onde esta última recrutou a maioria dos seus comandos do 11 de Setembro, suspeitando-se de que aí beneficia de altíssimas amizades, no seio da complexa casa real, que com o fundamentalismo wahabita entretém estreitas relações. Para certos colaboradores de G. W. Bush (Wolfowitz, Rumsfeld...) convictos de que para secar as fontes do terrorismo é preciso alterar o mapa do Médio Oriente, esta motivação geopolítica – que também contempla a questão palestina – sempre foi primordial. Mas não podia ser assumida por um discurso diplomático tendente a obter no Conselho de Segurança mandato expresso para invadir e por isso mesmo obrigado a concentrar-se na intrínseca «malvadez» iraquiana, insistindo na existência de um perigo iminente dela resultante, fora do qual a doutrina internacional dominante não reconhece a nenhum ataque o carácter de legítima defesa.

Com isto, porém, já estamos à porta de outro assunto, que fica para o próximo artigo. O presente foi escrito em Junho e Julho de 2003. **RI**

NOTAS

¹ Ver Stendhal, *De L'Amour*, cap. XLVIII.

² Num recente «Manifesto pela paz e contra a ocupação» [ver *Diário de Notícias*, 5 de Maio de 2003], que se duvida tenha sido atentamente lido pelos dois primeiros signatários, Mário Soares e Diogo Freitas do Amaral – bem como por alguns outros –, verbera-se «o apoio *declarado*» dos EUA a uma «política agressiva de Sharon que pretende *exterminar* o povo e as instituições *palestinianas*». Os *itálicos* são meus: *exter-*

minar, repita-se, nada menos; e apoio *declarado* a isso... Custa a crer!

³ Ver Noam Chomsky, *Iraque – Assalto ao Médio Oriente*, Lisboa, Antígona, 2003.

⁴ Ver B. Woodward, *Bush em Guerra*, Lisboa, Gradiva, 2003.

⁵ Ver Perry Anderson, «Casuistries of Peace and War», *London Review of Books*, 6 de Março de 2003.

⁶ Na obra atrás citada [p. 318], Bob Woodward diz da aflição provocada pela queda de um avião de carreira em Long Island (Nova Iorque) a 12 de Novembro de 2001, até se ver que fora mesmo accidental.

⁷ Ver Manuel de Lucena, «Das torres para cá», *Política Internacional*, n.º 24, Outono-Inverno de 2001.